

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Tribuna da Imprensa (R. J.) Class.: 1428

Data: 20 de agosto de 1991 Pg.: _____

Funai pretende demarcar as terras indígenas até 1995

BRASILIA - O sertanista Sydney Possuelo, nomeado há um mês para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), pretende, até o final do governo, demarcar 266 áreas indígenas. O empreendimento, que ele acredita ser hercúleo, foi avaliado em Cr\$ 60 bilhões, em valores de junho. A frente de uma instituição desacreditada e ineficiente, Sydney, em apenas 30 dias, conseguiu a promessa do presidente Fernando Collor de revogação de quatro decretos que, desde fevereiro deste ano, retiraram poderes da Funai delegando aos ministérios da Saúde, Educação e Agricultura as atribuições como a proteção da saúde dos índios, educação etc.

O 17.º presidente da Funai revela que vai transfigurar a instituição e resgatar sua função de proteção ao índio, inclusive estabelecendo que seus 4.500 funcionários concentrados nas cidades passem a atuar junto às comunidades indígenas. Possuelo trabalha há 24 anos com os índios: foi desde chefe de posto indígena até coordenador de expedições em busca de contatos. Responsável pelos primeiros contatos com oito povos indígenas da Amazônia, ele acredita, entretanto, que as 40 comunidades (ou os 40 pontos do território brasileiro onde deve haver índios que ainda não se aproximaram dos brancos) devem permanecer isoladas para evitar as situações de desagregação, como a que já existe entre os povos ianomamis.

Eis a íntegra da entrevista:
 P - O senhor acha que as comunidades indígenas ainda não contactadas devem continuar isoladas para

não repetir a tragédia dos Ianomamis?

Possuelo - A nossa visão, em relação aos povos indígenas sem contatos, é mantê-los sem contato. Há várias pequenas comunidades sem contato. As que estão em contato necessitam hoje de uma assistência que nós não conseguimos dar. Então, aqueles que estão sem contato vivem muito melhor do que os que se aproximam de nós. Por que mexer com estes povos?

P - A Funai perdeu muito sua autonomia com os decretos que distribuíram entre os Ministérios as competências para o trato das questões de educação, saúde e atividades produtivas dos índios?

Tarefa custará Cr\$ 60 bilhões para o governo

Possuelo - Por decisão do presidente Fernando Collor, haverá a revogação dos decretos e convênios entre a Funai e os Ministérios. No trato das questões indígenas tudo é muito interligado. Por isso é preciso que uma fundação coordene todas as ações.

P - Quantos funcionários tem a Funai?

Possuelo - A Funai tem 4.500 funcionários e, ao longo do tempo, concentrou seus servidores mais nas cidades e capitais que no campo, isto é, na sua área de interesse maior.

Mais de 60% dos servidores da Funai estão na cidade e esse é um quadro que tem de ser invertido. A nossa atividade básica fundamental é o campo. E lá que as coisas acontecem.

P - A Funai permanece vinculada ao Ministério da Justiça. Há planos para a criação de uma Secretaria do Índio, ligada diretamente à Presidência da República?

Possuelo - A questão indígena está efetivamente conturbada. Em todos os aspectos, e por falta de um controle centralizado. A própria ineficiência com que a Funai se conduziu ao longo do tempo fez com que ela fosse sendo desautorizada nas questões indígenas. O índio nunca acreditou muito na Funai. Mas não é o fato de a Funai passar por uma crise que torna inócua a própria fundação, que precisa ser reestruturada. Não sei se seria uma secretaria. Primeiro vamos ver o que faremos com o nosso índio e que tipo de proteção o Estado vai lhe oferecer.

P - Qual sua opinião sobre a exploração dos recursos naturais em terras indígenas?

Possuelo - O índio para se auto-sustentar não precisa necessariamente explorar suas terras. Há índios em estado avançado de perda de sua cultura e identidade, que entram num consumismo às vezes até programado por aqueles que querem retirar o ouro ou a madeira de suas terras. Outros povos, que tenham riqueza mineral e que eles, por iniciativa própria, queiram explorar e se esta exploração for regulamentada pelo Congresso (há um lei tramitando para isto no Congresso) aí haverá um entendimento direto.